

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### **Em guarda contra a repressão: as mulheres e os movimentos de resistência à ditadura na América Latina**

Ana Rita Fonteles Duarte<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O texto analisa as motivações e formas de ação política de mulheres envolvidas em movimentos de defesa de parentes presos, desaparecidos ou afetados de outras formas por regimes ditatoriais na América Latina entre as décadas de 1960 a 1980, com especial destaque para o Chile, Argentina e Brasil.

**Palavras-chave:** gênero, mulheres, ditaduras

#### **Abstract**

The text analyzes the motivations and action forms politics of involved womens in movements of defense of imprisoned, missing people or affected relatives of other ditatoriais forms for regimes in Latin America enter the decades of the 1960 the 1980, with special prominence for Chile, Argentina and Brazil.

**Words-Key:** gender, women, dictatorships

É quase imediata a associação entre a força do mito de Antígona - a irmã que desafia a tirania para sepultar o irmão, acusado de atacar a pátria e seus deuses - e as práticas de resistência civil protagonizadas por mulheres em diversos momentos históricos, especialmente quando estes demandaram ações públicas de personagens acostumadas a reservar-se ao mundo do privado. O que ocorreu, é que, em muitos casos, a atuação pública acabou transformando essas mulheres, fazendo com que elas desafiassem a ordem estabelecida, e fossem além do mito, estimulando e envolvendo outros segmentos sociais e, dessa forma, transformando a própria vivência política.

Mas porque as mulheres, afinal, se convertem em protagonistas de práticas de resistência civil em momentos de crise, arbítrio e negação das liberdades individuais? Analisando sua atuação na cena pública, na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial e na América Latina, durante os anos 70 do século XX, Capdevila (2001) observa que as ditaduras destroem os organismos de interlocução e essas situações impõem novos mediadores dados pela nova conjuntura em que não valem hierarquias institucionais, favorecendo o aparecimento de novos interlocutores sociais selecionados a partir de variáveis como espírito de iniciativa, senso de oportunidade, etc.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História da Cultura no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

As guerras e as ditaduras impõem agressões às esferas pública e privada, com sanções econômicas e sociais, mas sobretudo através de ameaças à célula familiar. As mulheres, pouco presentes no espaço político, fazem a interface entre o privado e o público em contato direto com o agressor. Saem da defesa exclusiva do lar e passam a liderar movimentos coletivos, o que demanda ação política maior: a metamorfose de uma reivindicação arcaica em movimento de protesto moderno.

As mulheres passariam a exercitar o que ele chama de jogos de gênero<sup>2</sup>, compreendendo-se o gênero como máscara, parte da *mis-en-scene*. Como num jogo de xadrez, os atores políticos tentam intervir no espaço público, utilizando como instrumento de de visibilidade política o “eterno feminino”. Como atrizes, as mulheres instrumentalizariam o gênero a seu favor, uma vez que os homens enfrentariam uma situação de vulnerabilidade maior diante da repressão.

Esses jogos fizeram parte do cotidiano de países como Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Brasil que enfrentaram ditaduras, entre as décadas de 60 a 80 do século passado, articuladas através da Operação Condor, aliança que interligou aparatos repressivos desses países que passaram a agir além das fronteiras.

A repressão sobre as mulheres foi sentida de formas diretas e indiretas. As militantes de esquerda, assim como os seus companheiros foram presas, torturadas, tiveram filhos seqüestrados, foram mortas e ainda conheceram um tipo específico de tortura, através da alta dose de violência sexual praticada pelos militares. Algumas foram seqüestradas por sua relação afetiva ou de parentesco com militantes homens.

Sentiram, duramente, o impacto da retirada de filhos, maridos e irmãos do convívio familiar seja como presos ou desaparecidos. Tiveram de se dividir entre prover o sustento da família e buscar ou atender a seus parentes capturados pelos regimes. Lidaram diretamente, e por longos períodos, com sentimentos como medo, rejeição e acusações por parte do Estado e mesmo de familiares e vizinhos.

Postaram-se diante do poder constituído cobrando a soltura ou a volta de seus filhos, maridos, amigos e parentes, exigindo a revelação de seus paradeiros e lutando por justiça contra condenações arbitrárias. O início do “trabalho”, em geral, ocorria de forma espontânea, não organizada, para posteriormente ser verificada a necessidade da criação de associações ou entidades civis.

---

<sup>2</sup> Gênero está compreendido neste trabalho como uma construção cultural que estabelece a diferença entre os sexos, codificando e distribuindo o poder entre homens e mulheres com atribuições específicas para estes.

O compromisso da maioria delas não provinha de conhecimentos ideológicos e democráticos. Sua lógica, nesse primeiro momento, não era política, mas uma “lógica de afetos” como nos diz Jelin (1994). Elas eram fundamentalmente mulheres afetadas diretamente como mães, avós, irmãs, reclamando seus familiares. Suas associações demonstram isso, pois, em sua maioria, fazem alusão à primazia de seus vínculos de parentesco. Em alguns países do Cone Sul a ação dessas mulheres por sua coragem, estratégias de luta e persistência, tiveram maior destaque e visibilidade.

No Chile, a ditadura estendeu-se por 17 anos e é considerada um dos períodos mais sangrentos da história do país. De 1973 a 1990, o regime comandado por Augusto Pinochet prendeu, torturou, matou, ocultou cadáveres, além de caçar inimigos fora das fronteiras chilenas. O número de pessoas exterminadas chegou a 3.196 vítimas, entre mortos e desaparecidos, de acordo com dados da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação<sup>3</sup>. Dados do Ministério do Interior Chileno registram que em 1976, existiam 42.486 presos políticos. Cerca de um milhão de chilenos foram exilados e 10 mil prisioneiros torturados.

As mães chilenas também foram as responsáveis pela busca dos filhos e exigência de justiça. A Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos, criada em 1975, começou a enfrentar Pinochet, dois anos depois, em 1977. Analisando o período, Vasquez (2006) diz que, paradoxalmente, essas mulheres saem do espaço privado e passam ao questionamento e enfrentamento do Estado, utilizando os mesmos papéis culturais e sociais tradicionais que as mantinham afastadas da esfera pública.

O primeiro grande ato de desafio foi a realização de uma greve de fome que durou 11 dias, com a participação de 24 mulheres e dois homens. Segundo depoimento da presidente da Associação, na época, Sola Sierra, o protesto foi feito sob medo dos manifestantes de também desaparecerem. Elas enfrentaram o medo e novo protesto de mesmo teor foi realizado em 1978, com 60 famílias que fizeram jejum por 20 dias seguidos.

As mães também realizavam manifestações de rua. Carregavam cartazes com a foto do filho desaparecido. Há registros de mães que perderam até cinco filhos nas mãos da repressão. A palavra de ordem nas ruas era: “Vivos los llevaron, vivos los queremos”.

As integrantes realizavam atos públicos onde se acorrentavam a prédios como o Congresso Nacional, nos chamados “encadenamientos”, moviam ações judiciais, faziam denúncias à comunidade internacional e romarias aos lugares sacralizados popularmente, onde se sabia que as pessoas eram detidas, ocultadas ou enterradas.

---

<sup>3</sup> Ibidem, p.167.

O espaço inédito, forjado pela reunião dos membros da Agrupación, em sua maior parte composta de mulheres construiu símbolos que permanecem até hoje no imaginário chileno. É o caso de *La Cueca Sola*. La Cueca é a dança mais popular do Chile, na qual casais dançam com lenços. Para fazer refletir sobre os laços de amor destroçados pela separação e desaparecimento de entes queridos, as mulheres de famílias atingidas criaram *La Cueca Sola*, em que dançam de forma tristonha, sem a presença de seus pares, expressando a dor da perda. A primeira vez em que a dança foi executada foi em 08 de março de 1978 no Teatro Caupolicán, em Santiago.

As mulheres de camadas populares chilenas, concretizaram uma forma inusitada de protesto: a narrativa de suas histórias de perdas e buscas de parentes através do bordado das *arpilleras*, tapetes em estilo rústico. Mulheres solitárias, casas destruídas, pessoas atacadas nas ruas pela polícia, pedidos de paz, iam brotando através de crônicas construídas pela agulha e lã. Os trabalhos eram expostos em pátios de igrejas, vendidos em feiras. As *arpilleras* chegaram a ser proibidas pelo governo Pinochet, sob perigo de tornarem-se poderosas armas de anti-propaganda do regime. A própria esposa de Pinochet, Lucia Hiriart, teria financiado artesãs para produzirem trabalhos sem a presença de protestos.

Na década de 80, sob a expectativa do término da ditadura, a Agrupación de Familiares manifestará mais uma vez suas bandeiras de verdade e justiça. Suas representantes se negaram a receber indenização. Elas também reprovaram o chamado Pacto de Sigilo, um acordo para a preservação da identidade dos agentes da repressão que se dispusessem a revelar a localização de cemitérios clandestinos. Sua bandeira até hoje é a investigação dos crimes cometidos em nome do Estado e a punição dos culpados.

Irmanadas na dor das chilenas, as argentinas alcançaram repercussão maior em sua luta pela justiça e punição dos culpados, transformando-se numa das entidades políticas de maior força ainda hoje no País: a *Asociación de las Madres de La Plaza de Mayo*. Basta saber que a atividade mais característica do grupo das mães, as rondas realizadas todas as quintas-feiras, na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, completou 30 anos em 30 de abril de 2007.

Além de estratégias inovadoras e marcantes como a da ronda semanal, a atuação tão longa no tempo deve-se, entre outros fatores, ao impacto da repressão ditatorial sobre a sociedade argentina. Segundo dados da própria Asociación, 30 mil argentinos são considerados desaparecidos durante o regime militar (1976-1983).

A mobilização das mães iniciou-se ainda antes do golpe de Estado, em fevereiro de 1976, afinal a repressão e desaparecimento de pessoas ligadas a movimentos de esquerda

havia começado ainda no final da década de sessenta. Nesse momento, as mães integravam a gama de pessoas que, em agosto de 1976, passou a se denominar *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*.

Segundo Gorini (2006), a atuação mais autônoma das mães como movimento ainda que espontâneo deu-se a partir de discordâncias com as formas de ação empreendidas pelos Familiares. Este movimento não adquiria sentido amplo, as principais ações ficavam nas mãos de poucas pessoas. Os códigos utilizados nas votações sobre como proceder não eram familiares a essas mulheres, em grande parte donas de casa. Tornava-se difícil serem ouvidas ou fazer valer suas opiniões num grupo que possuía pessoas com longo tempo de militância. A derrota em algumas votações poderia implicar em tempo perdido na busca de informações ou solicitação a determinadas autoridades.

O fato fundamental para o desencadeamento de sua luta autônoma foi a decisão de algumas mães de comparecerem a Plaza de Mayo. A idéia não era fazer uma manifestação, pelo menos formal, mas mostrar ao poder constituído que elas não desistiriam de procurar seus parentes. O mesmo caráter espontâneo, sem premeditação foi responsável pelo surgimento da ronda. Diante da ordem para “circularem”, no sentido de se dispersarem, elas resolveram caminhar em círculos, traçando a trajetória hoje ainda feita por elas e seguida por integrantes dos movimentos sociais, estudantes e até mesmo turistas.

Outro peça identificadora da presença das mães, o lenço branco na cabeça, surgiu a partir da necessidade de se identificarem em meio às multidões em atos públicos. O lenço foi o objeto de mais fácil disseminação, afinal qual mulher não teria guardado em casa uma fralda de filho ou neto?

As mães viveram radicalmente a solidariedade como experiência política, na medida em que sua luta e suas reivindicações se davam sempre de forma coletiva. Essa experiência é tratada como “socialização da maternidade”. Este conceito é complementado de forma metafórica pelos dizeres da atual presidente da Asociación de Las Madres<sup>4</sup>, Hebe de Bonafini: “A nosotras nos parieron nuestros hijos” (Fomos paridas por nossos filhos).

### **No Brasil, o MFPA**

---

<sup>4</sup> Em 1986, a partir de divergências políticas internas, houve um racha no movimento das mães. Um grupo autodenominado Madres de La Plaza de Mayo- Línea Fundadora passou a existir. Entre os motivos apontados para a dissidência estão divergências com a condução do movimento por parte de Hebe de Bonafini (falta de democracia interna e personalismos), além de visões diferenciadas sobre medidas reparatórias para as vítimas da repressão. As mães da Línea Fundadora respeitam as mães e familiares que recebem as reparações e aceitam a Lei 24.231 que cria a figura do detido-desaparecido, o que se contrapõe diretamente a uma das insígnias da Asociación de las Madres de la Plaza de Mayo “Nuestros hijos viven”.

Em 1975, em pleno governo Geisel, cria-se, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), o primeiro movimento organizado, a lutar pela anistia aos perseguidos políticos, após 11 anos do regime de exceção no Brasil. O MFPA foi fundado por Terezinha Godoy Zerbine, esposa de um general que sofrera repressão com o golpe militar de 1964 e iniciado por dez mulheres de classe média, entre profissionais liberais, estudantes e intelectuais. O Movimento se difundiu por todo o País, criando vários núcleos e atingindo outras classes sociais.

A primeira ação foi justamente a elaboração de um manifesto em defesa da anistia. O breve texto explicitava a concepção de luta ambicionada pelo MFPA que pretendia: “a pacificação da família brasileira, indispensável para a “recomposição do pacto social”<sup>5</sup>.

A utilização de estratégias pelo MFPA para evitar a repressão é bastante clara. No caso específico do MFPA, aproveitou-se a proclamação pela ONU do Ano Internacional da Mulher, cujas palavras de ordem eram: “igualdade, desenvolvimento e paz”. Segundo Therezinha Zerbine, a bandeira da anistia foi levantada junto com a da paz – “afinal, quem seria contra a paz?”.

Paralelo à constituição desse movimento, as mulheres do recém-criado MFPA decidiram ocupar espaços, mesmo que de forma discreta e cuidadosa. O marco dessa empreitada foi a participação de Therezinha Zerbine no Congresso Internacional da Mulher, no México, em junho de 1975, sendo a única brasileira a participar da Tribuna Livre. Era uma chance única de introduzir o debate sobre a anistia diante de um público formado por cinco mil mulheres de todo o mundo e com ampla cobertura da imprensa internacional. O resultado da intervenção foi a inclusão da reivindicação de anistia no documento final do encontro.

A consciência sobre a possibilidade real de repressão, prisão, tortura e risco de morte, fez com que fossem tomadas precauções na condução e apresentação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), registrado, em cartório, como entidade civil “isenta de fins políticos, religiosos e ideológicos ou lucrativos”.

Essa restrição nos objetivos e nas formas de atuação pode ser explicado, em parte, pela própria composição do MFPA, integrado em todo o Brasil, prioritariamente por mães e esposas dos presos políticos e punidos pela ditadura. Sem filiação partidária, elas trabalhavam suas reivindicações em cima de valores como justiça e liberdade e temiam que,

---

<sup>5</sup> Trecho extraído do Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia.

ao extrapolarem a luta pela libertação de parentes, colocassem em perigo a segurança destes e a sua própria.

O modelo para o Estatuto da entidade que se destacaria na luta pela anistia aos punidos pela ditadura seria o mesmo das “marchadeiras”, o grupo de mulheres paulistas que organizou o movimento a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964<sup>6</sup>. Como possíveis integrantes do Movimento, somente mulheres eram permitidas, entre elas as “profissionais liberais, universitárias, mães de família e trabalhadoras”. Embora não se vetasse a presença de homens nas reuniões, somente a elas cabia voz e voto.

*“Se eles queriam estar lá para servir café, fazer uma compra enquanto a gente estava reunida, podia. Eles não podiam votar e nem dar palpite. Eu dizia: muito bem, escreve e entrega, depois nós vamos discutir porque senão vira uma anarquia”<sup>7</sup>.*

Um movimento feminino não incomodaria tanto ao regime e ainda evitaria a intervenção ou possibilidade de aparelhamento pelas lideranças de esquerda, eminentemente masculinas, naquele período. Apartadas de quem sempre teve a palavra, elas poderiam ficar mais à vontade para desenvolver atividade autônoma, ganhariam credibilidade por sua “neutralidade” e “ausência de objetivos políticos”, estando prontas para argumentar, protestar, articular.

Tudo parecia conspirar para que o MFPA endossasse as reivindicações no recém-criado movimento de mulheres brasileiro. Essa expectativa tinha base concreta. Em outubro daquele mesmo ano, o Movimento Feminino pela Anistia aliou-se a feministas para o lançamento do primeiro número do jornal *Brasil Mulher*. Em vários momentos, a líder do MFPA se posicionou cobrando maior atividade e responsabilidade das brasileiras para com os rumos do País, recordando sua participação decisiva em momentos históricos. Esse tipo de declaração confundia setores da imprensa que a chamavam de “líder feminista”<sup>8</sup>.

O que se pode depreender, no entanto, é que se para Therezinha Zerbine era perfeitamente concebível uma aliança com as feministas para divulgar a luta de mulheres em prol da anistia de perseguidos políticos, sem que ela estivesse disposta a se engajar em lutas específicas das mulheres, encapadas pelo feminismo naquele período. Aliás, Therezinha Zerbine conta que antes de entrar em conflito com os representantes do regime, teve um caloroso embate com as feministas.

*“(…)Elas queriam se adonar do Movimento Feminino pela Anistia. Diziam que a luta do MFPA era feminista. Eu digo: “não, vocês estão equivocadas”. A luta do*

<sup>6</sup> A informação está contida em reportagem feita sobre Therezinha Zerbine pela revista Repórter, de junho de 1978.

<sup>7</sup> Entrevista realizada para esta pesquisa, em 31.08.06, em São Paulo. Arquivo pessoal.

<sup>8</sup> “Líder feminista pediu apoio de vereadores para a anistia”, in Folha de Londrina, 26/09/75, p.03.

*Movimento Feminino pela Anistia é uma luta de cidadania, da mulher cidadã. Não tem nada de feminista. Nós não estamos lutando por avanços. Depois cada um vai fazer o que quiser”<sup>9</sup>.*

As divergências e a separação entre as feministas e o MFPA, na figura de sua presidente, são registradas por diversas autoras que trabalham com a história do feminismo no Brasil. Para Moraes (1990), Zerbine “nunca disfarçou a pouca importância concedida à luta feminista”, além de ser acusada de não ter facilitado a convivência unitária dentro do grupo. Para Pinto (2003) é “surpreendente” que dois anos depois de ter participado da Conferência das Mulheres no México, a presidente tenha feito declarações críticas e até agressivas sobre o movimento feminista. Já Goldberg (1987) acredita que a falta de sucesso na organização de um movimento amplo de mulheres por parte de “marxistas ortodoxas” as fez se diluírem num movimento feminino pelos direitos humanos, onde associações e grupos que haviam surgido como “feministas”, aproveitando a oportunidade fornecida pelo Ano Internacional da Mulher, começaram a querer se desvincular desse qualificativo que se havia tornado “incômodo”, principalmente na realização de atividades conjuntas, o que seria o caso do MFPA.

Na verdade, essas visões carregam, em parte, equívocos e limitam o debate sobre o significado do MFPA. Não há elementos que apontem a atuação de Therezinha Zerbine, filha de classe média alta, esposa de um general do exército, cristã, como uma marxista-ortodoxa ou não. Sua aproximação com a esquerda se deu através do episódio do Congresso da Une de Ibiúna. Certamente suas vivências na prisão e o contato com o sofrimento de presos políticos e suas famílias deram-lhe uma visão mais ampla sobre o regime ditatorial e a necessidade de mudanças, mas não apontam para uma atuação política numa perspectiva socialista.

O afastamento ou tentativa de desvincular-se da carga simbólica depreciativa carregada pelo feminismo, no entanto, é um dado a ser considerado e analisado. O incômodo causado pelo feminismo recém-chegado ao Brasil, na década de 70, era compartilhado por Zerbine, muitas de suas companheiras, militares e amplos setores da esquerda.

Enquanto nos Estados Unidos e na Europa as especificidades das lutas das mulheres e de outros grupos oprimidos eram expostas com força, no Brasil tanto o pensamento liberal como o marxista revolucionário dividiam as possibilidades de lutas em dois campos: a busca pela democracia e a derrubada da ditadura ou a luta do proletariado contra a burguesia.

---

<sup>9</sup> Entrevista realizada para essa pesquisa em 31,08.06, em São Paulo. Arquivo pessoal.

Havia pouco espaço para a transformação das problemáticas das mulheres em debate público. Um complicador era a forte campanha de depreciação sofrida pelas feministas através de veículos da grande imprensa e da imprensa alternativa.

Quando refletia sobre o feminismo, Zerbine tendia a se aproximar mais da retórica da esquerda, que defendia um feminismo adaptado à realidade brasileira, não questionando o fato de as mulheres só serem chamadas a participar em alguns eventos históricos específicos.

É importante salientar que, apesar das posições externadas pela líder Therezinha Zerbine, o MFPA representou a porta de entrada do feminismo para muitas mulheres. A luta coletiva, a influência de outros grupos políticos, a descoberta da força feminina e de sua disposição para a luta são alguns dos fatores que possibilitaram essa descoberta.

O ingresso no feminismo ou na militância política ampliada e mesmo no engajamento político formal, em parlamentos ou no executivo, tornou-se uma realidade para várias mulheres que participaram de movimentos femininos de defesa dos familiares, presos políticos ou desaparecidos, em toda a América Latina, nesse período. É certo que elas fizeram política sem, muitas vezes, inovarem ou questionarem comportamentos femininos tradicionais, até exacerbando-os, como forma de serem ouvidas e conseguirem legitimidade. O que se compreende, a partir de suas experiências concretas, no entanto, é que esse tipo de atuação não implica necessariamente numa imutabilidade do status político e que a política tradicional pode ser transformada por essa ação feminina.

### **Referências Bibliográficas**

- CAPDEVILA, Luc. Résistance civil et jeux de genre. *Annales de Bretagne et des Pays de L'ouest*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001.
- GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Tese de Mestrado. UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Rio de Janeiro, 1987.
- GORINI, Ulises. La rebelión de las madres. *Historia de las madres de Plaza de Mayo Tomo I (1976-1983)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.
- JELIN, Elizabeth. Mulheres e os direitos humanos. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol.2, nº 3, 1994.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. A experiência feminista dos anos 70. Textos. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia, 1990.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Uma breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

VÁSQUEZ, Maria Eugênia Horvitz. Entre lo privado y lo público: la vocación femenina de resguardar la memoria. Recordando a Sola Sierra. ([www2.cyberhumanitatis.uchile.cl/19/horvitz2.html](http://www2.cyberhumanitatis.uchile.cl/19/horvitz2.html)). Acessado em 18/12/2006.